

As Incidências das Ideias de Integração nas Américas e sua Relação com o Surgimento do Pan-africanismo: Uma Perspectiva Sociológica da Realidade¹

 Vidal António Machado ²

Recebido: 17.05.2026
Aceito: 27.07.2026
Publicado: 11.08.2026

Resumo: As incidências das ideias de integração nas Américas e sua relação com o surgimento do Pan-africanismo é um estudo enquadrado no domínio da Sociologia Política e que visa perceber as origens dos movimentos unidos da América Latina na época do nascimento das ideias e/ou do pensamento autonomista dos países deste continente. Estas ideias integracionistas e autonomistas influenciaram na construção do pensamento africano, incentivando de igual modo, na criação de movimentos Pan-africanistas para a promoção da cultura, da política e dos princípios ontológicos dos africanos. Esta é na verdade, uma abordagem comparativa entre os dois movimentos autonomistas erguidos sobre duas culturas, duas realidades sociais, dois contextos completamente diferentes mas que cruzam quase sempre nos seus aspectos ideológicos. O pan-africanismo é visto como um movimento de pressão e de restituição da honra e da dignidade dos africanos. Foi criado inicialmente por Henry Sylvester Williams e William Bugat Du Bois, como um movimento de divulgação e promoção da africanidade. E mais tarde, foi retomado por Nkuame Nkrumah, Jomo Kenyatta, Léopold Senghor, Gamal Abdel Nasser, como amplo movimento político e ideológico africano de libertação e integração da África e dos africanos. Desta feita, quer o pan-americanismo, quer o pan-africanismo tinham consigo o segmento de uma filosofia de autodeterminação e afirmação dos seus povos, culturas, realidades e vivências.

Palavras-chave: Pan-americanismo, Pan-africanismo, ideologia, Sociologia Política, Pensamento africano

The Incidences of Integration Ideas in the Americas and Their Relation to the Rise of Pan-Africanism: A Sociological Perspective on Reality

Abstract: The study of integrationist ideas in the Americas and their relationship to the emergence of Pan-Africanism falls within the realm of political sociology; it aims to understand the origins of Latin American unity movements during the period when the continent's nations were developing ideas and philosophies of autonomy. These integrationist and autonomist concepts influenced the development of African thought, likewise fostering the creation of Pan-Africanist movements dedicated to promoting African culture, politics, and ontological principles. This is, in fact, a comparative study of two autonomist movements rooted in distinct cultures, social realities, and contexts—yet movements that frequently converge in their ideological aspects. Pan-Africanism is viewed as a movement of advocacy and the restoration of honor and dignity for African people. It was initially established by Henry Sylvester Williams and W.E.B. Du Bois as a movement to promote and disseminate African identity. Later, it was taken up by figures such as Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta, Léopold Senghor, and Gamal Abdel Nasser, evolving into a broad African political and ideological movement for the liberation and integration of Africa and its people. Thus, both Pan-Americanism and Pan-Africanism embodied a philosophy of self-determination and the affirmation of their respective peoples, cultures, realities, and lived experiences.

Key-words: Pan-americanism, Pan-africanism, ideology, Political Sociology, African Thought.

Las Incidencias de las Ideas de Integración en las Américas y su Relación con el Surgimiento del Pan-africanismo: Una Perspectiva Sociológica de la Realidad

Resumen: Las incidencias de las ideas de integración en las Américas y su relación con el surgimiento del Pan-africanismo es un estudio enmarcado en el ámbito de la Sociología Política y que busca comprender los orígenes de los movimientos unidos de América Latina en la época del nacimiento de las ideas y/o del pensamiento autonomista de los países de este continente. Estas ideas integracionistas y autonomistas influyeron en la construcción del pensamiento africano, alentando de igual manera, la creación de movimientos Pan-africanistas para la promoción de la cultura, la política y los principios ontológicos de los africanos. Esta es, en verdad, una perspectiva comparativa entre los dos movimientos autonomistas levantados sobre dos culturas, dos realidades sociales, dos contextos completamente diferentes pero que casi siempre se cruzan en sus aspectos ideológicos. El panafricanismo se considera un movimiento de defensa y restauración del honor y la dignidad del pueblo africano. Inicialmente fue establecido por Henry Sylvester Williams y W.E.B. Du Bois como un movimiento para promover y difundir la identidad africana. Más tarde, fue adoptado por figuras como Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta, Léopold Senghor y Gamal Abdel Nasser, evolucionando hacia un amplio movimiento político e ideológico africano por la liberación e integración de África y su gente. Así, tanto el panamericanismo como el panafricanismo encarnaron una filosofía de autodeterminación y la afirmación de sus respectivos pueblos, culturas, realidades y experiencias vividas.

Palabras clave: Panamericanismo, panafricanismo, ideología, sociología política, pensamiento africano.

¹ DOI: <https://doi.org/10.4314/academicus.v4i2.10>

² Faculdade de Ciências Sociais – UAN. vidalmachado05@gmail.com

Introdução

A perspectiva de integração regional ou continental é um tema que emergiu de diferentes formas em diversos pontos do mundo no processo de conformação do sistema capitalista internacional. A ideia de união na Europa, as tentativas de integração na Ásia, as propostas formuladas pelo Pan-americanismo e Latino-americanismo e as alternativas esboçadas pelo Pan-africanismo são todos exemplos de tentativas de se levar a cabo o desiderato da integração regional e continental.

Nas últimas décadas, o tema tem sido colocado em debate dentro de um viés marcadamente económico vide as tentativas de estabelecimento de blocos económicos de livre comércio como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o Mercado Comum do SUL (MERCOSUL), o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), entre outros.

No entanto, este é um processo que não pode ser abordado apenas na perspectiva económica pois, os limites e as potencialidades de êxitos ou fracassos são marcados por questões históricas, culturais e políticas que ultrapassam os diversos países envolvidos. Portanto, não são apenas as condicionantes económicas que desempenham papel decisivo para as tentativas de integração regional ou continental pelo mundo inteiro.

Este artigo procura retomar os debates feitos durante o século XX em dois continentes - o Americano e o Africano - sobre os possíveis caminhos para a integração dentro de uma perspectiva que englobe as distintas esferas mencionadas acima, com o objectivo de analisar as incidências que o Pan-americanismo e o Latino-americanismo, ou melhor, a ideia de integração regional no continente americano teria sobre o pensamento africano que se cristalizou em Pan-africanismo.

Perspectivas de Integração no Continente Americano

Analisaremos duas grandes perspectivas de integração no continente americano: a primeira, que foi chamada de Pan-americanismo em sua primeira fase e de Interamericanismo em uma fase posterior: caracteriza-se pela iniciativa dos Estados Unidos da América (EUA) em forjar uma união entre os países do continente americano a partir de sua liderança.

A segunda grande perspectiva de integração é vinculada aos líderes do processo de independência das novas nações hispano-americanas (principalmente Simon Bolívar e José Martíne) que visualizavam uma integração mais horizontal do que a primeira perspectiva, em que não houvesse uma projecção hegemônica de algum país, portanto, em confronto tanto com a interferência de potências de outros continentes, como também, e sobretudo, dos EUA.

Ruy Mauro Marini em seu importante livro “América Latina: Dependência e Integração” (1992) analisa, dentro de uma perspectiva histórica, os caminhos da integração no continente americano. Para tal efeito, destaca as diversas correntes que disputaram a ideia de unidade no continente ao longo do tempo.

Segundo Marini, estas correntes são: o Pan-americanismo, o Interamericanismo, o Hispano-americanismo e o Latino-americanismo. Veremos que a há uma intersecção entre as duas primeiras, que reflectem a visão da perspectiva de integração vinculada à liderança norte-americana. Da mesma forma, as duas últimas referem-se as fases de desenvolvimento de uma perspectiva de integração entre os países da América Latina.

Pan-americanismo e Interamericanismo

No Pan-americanismo, apesar dos Estados Unidos terem assumido primeiramente, uma posição de isolamento e desconfiança em relação às outras nações do sul do continente, rapidamente este panorama mudou, pois em 1823 com o lançamento da doutrina Monroe foram edificadas as bases em que procurariam estabelecer sua influência sobre as demais nações americanas sintetizadas na máxima “América para os americanos”.

Embora a expressão apontada acima represente a tentativa, por parte dos EUA, de isolamento do continente em relação à influência exercida pelas potências europeias, nomeadamente a Inglaterra e a Alemanha, ela também indica um claro aviso sobre o estabelecimento das bases hegemónicas dos Estados Unidos no continente.

Por isso, Dominguez (2006) afirma, não sem certa ironia, que este slogan da doutrina *Monroe* apareceria de forma mais honesta se fosse escrito com uma pequena e significativa correcção: “América para os norte-americanos”.

Após a sua independência em 1782 os EUA empreenderam durante o século XIX um processo de expansão territorial impressionante, que levou o país a assumir as dimensões continentais que possui actualmente. Esta expansão foi orientada pela filosofia do “Destino Manifesto” que expressava a crença de que a população norte-americana foi eleita por Deus para comandar o mundo e por isso necessitava expandir-se para cumprir esta vontade divina (Fonseca, 2007).

Neste processo de expansão territorial o país mais afectado foi, certamente, o México, que perdeu praticamente metade do seu território diante das investidas norte-americanas³. Este período torna emblemático a maneira como os EUA, conformando-se como grande potência mundial, olhavam para os outros países do continente. Integração subordinada aos interesses geoestratégicos norte-americanos e manutenção destes países sobre sua esfera de influência frente às intervenções de potências mundiais, sobretudo as europeias este era o cerne do Pan-americanismo norte-americano.

Até pelo menos a década de 1930, os EUA continuaram a disputar a esfera de influência sobre os países latino-americanos orientados pelos princípios da doutrina *Monroe*. No entanto, com a crise de 1929, inaugura-se uma mudança na política norte-americana para região que passa a se chamar política de boa vizinhança.

Neste contexto, os principais pontos de fricção com os países latino-americanos começam a ser removidos, ao mesmo tempo que os Estados Unidos estreitam seus laços económicos e, logo, militares com eles.

Esta viragem possibilitou, ao final da Segunda Guerra Mundial que os Estados Unidos entrassem na segunda fase de sua política de integração continental e inaugurassem, através da fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA) o que Marini (1992) denominou como Interamericanismo.

Neste período, os EUA assumiram-se como a grande potência mundial, em termos económicos, políticos e militares e sua influência fez-se sentir na América Latina como um todo. Marini (1992) considera que o Interamericanismo – forma renovada do Pan-americanismo – implicou o predomínio absoluto dos Estados Unidos, no quadro de uma crescente integração a este país dos aparelhos produtivos das nações latino-americanas, via investimentos directos de capital e a acção dos mecanismos comerciais e financeiros.

Este formato de integração incrementou os laços de dependência económica entre os países latino-americanos para com os EUA, culminando em uma nova proposta de integração comandada pelos EUA para região, denominada Aliança para o Progresso que intensificou os acordos bilaterais e o investimento privado norte-americano.

Paralelo a este movimento de cariz económico, Dinges (2004) e Saunders (2008) afloram que os Estados Unidos lançaram também uma ofensiva político-militar através do apoio e suporte à

³ Levando a que o presidente Porfírio Díaz pronunciasse a célebre frase “Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos (Vargas, 2009).

golpes militares em diversos países na região a partir da segunda metade dos anos 1960 e durante a década de 1970.

Entretanto, a partir do momento em que a postura nacionalista destes regimes militares passaram a ameaçar interesses geoestratégicos dos EUA, houve uma reorientação da política norte-americana encaminhada agora para luta pela democracia e pelos direitos humanos, encerrando momentaneamente intervenções directas e incisivas aos países latino-americanos. (Santos, 2000).

Hispano-americanismo e Latino-americanismo

Em confronto à idéia de integração reflectida nos desdobramentos do Pan-americanismo (Doutrina Monroe) e do Interamericanismo que tiveram como fio condutor a tese de que os EUA deveriam liderar o processo de integração regional do continente, sempre esteve presente entre os países latino-americanos, uma perspectiva alternativa fundada pioneiramente pelos líderes das independências dos países colonizados pela Espanha no continente.

Em sua primeira versão, esta perspectiva configura-se em um Hispano-americanismo, ou seja, restrito aos países hispânicos, porém, depois desdobra-se para o Latino-americanismo de alcance mais amplo, que passa a incluir todos os países da América do Sul e Central, além de incluir o México. Vejamos em detalhe cada uma destas fases.

O hispano-americanismo representa o traço distintivo entre as novas nações de origem hispânica que conquistaram suas independências durante o início século XIX e o Brasil, que também alcançou sua independência neste mesmo período, no entanto, primeiro como Império e só depois no final do século como República (Marini, 1992).

Desta forma, para além das diferenças linguísticas, outros factores concorreram para esta distinção entre os países de origem hispânica e o Brasil, no que se refere as perspectivas de integração regional. Marini (1992) cita alguns pontos como a rivalidade entre Espanha e Portugal que acabou por se reproduzir nas relações entre estes novos países, além da constituição monárquica brasileira baseada na escravidão, que contrastava fortemente com as configurações republicanas dos países vizinhos. Outro factor relevante destaca-se pela vocação expansionista brasileira que gerou conflitos fronteiriços com seus vizinhos inviabilizando, neste período, uma aproximação.

Assim, a primeira produção teórico-política voltada para ideia de unidade na América foi formulada sobretudo nas nações hispanoamericanas. Nesta fase, a categoria de ‘espanhóis americanos’ era vivida ainda com mais força pelos lutadores da independência que a que poderia derivar-se da nacionalidade.

Isto é, durante as lutas de independência havia uma espécie de união dos povos da América Hispânica contra um inimigo comum a Colónia espanhola. Os exércitos combatiam este adversário ultrapassando fronteiras e os líderes passaram a governar as recentes Repúblicas independente de suas origens.

Neste cenário de unidade surge outro aspecto relevante, a perspectiva confederativa. Primeiro, influenciada pelo histórico esboçado pela Espanha em transformar sua colónia em três monarquias, que conformariam uma espécie de império e, posteriormente, pela forma confederativa assumida pelos Estados Unidos que garantiu, de certa forma, a unidade política deste país.

No entanto, segundo Marini (1992), a principal causa para o surgimento da perspectiva confederativa foi o despertar das nacionalidades entre as diferentes formações sociais consubstanciadas após as independências que já não permitiam uma unidade política total, como bem salientou Bolívar (1999) em sua “Carta de Jamaica”.

Porém se a incipiente idéia de nacionalidade incentivou o ideal confederativo, o atraso na conformação dos Estados nacionais (com exceção do Brasil e do Chile), frustrou as

possibilidades de concretização do desiderato confederativo.

Além disso, o declínio do hispano-americanismo foi determinado por aspectos económicos. Já que as economias nacionais não se estabeleceram sobre a base do desenvolvimento económico interno e/ou do intercâmbio inter-regional, ao contrário, vincularam-se de maneira dependente ao mercado mundial, isto é, assumiram um papel subordinado na divisão internacional do trabalho frente as potências mundiais.

Para além deste processo económico, foram decisivas também para o declínio do hispano-americanismo, duas Guerras: a da Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) contra o Paraguai (1864-1870) e a Guerra do Pacífico que opôs o Chile contra o Perú e a Bolívia (1879 – 1883). Estas guerras inviabilizaram as tentativas de formação confederativa entre estes países, deixando marcas históricas de rupturas e fracturas entre os povos dos países envolvidos.

Na segunda metade do século XX houve um novo despertar do Hispano-americanismo que passou a se estruturar em novas bases, mas ao mesmo tempo retomando as grandes linhas traçadas pelos libertadores da América espanhola.

A Revolução Cubana representa ao mesmo tempo o culminar e o início destas novas bases em que a perspectiva latino-americanista iria ser lançada. O governo da Unidade Popular no Chile e a Revolução Sandinista na Nicarágua representam outros processos históricos fundamentais neste contexto.

Para além destes processos histórico-políticos, os estudos da Comissão Económica para América Latina (CEPAL), e posteriormente o desenvolvimento da teoria da dependência representam o marco teórico de uma nova postura dos movimentos que levantavam a bandeira da integração regional baseados em uma posição política de esquerda que procurava assumir de partida carácter contra-hegemónico dentro do sistema internacional capitalista (Santos, 2000).

De acordo com Marini (1992, p. 145), - que é um dos grandes expoentes da teoria da dependência - este novo processo de integração deveria *“promover a criação de um espaço económico mais amplo, capaz de adequar-se aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção”*.

Para tal efeito, deveria formar-se uma nova economia entre os países da América Latina que incorporasse amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo. Além disso, deveria operar-se uma verdadeira revolução educacional e uma melhor distribuição da renda com a redução da superexploração do trabalho. Porém, estes processos só seriam possíveis com o avanço também da integração política que apontasse na direcção de um Estado supra-nacional.

Alguns destes aspectos foram retomados no cenário contemporâneo com a chegada ao poder de governos de esquerda e centro-esquerda que reorientam a actuação do MERCOSUL, do Parlamento do Sul e da ALBA. (Sader, 2009).

Após este breve retrato das principais vertentes da integração regional no continente americano, vejamos as distintas perspectivas do pan-africanismo através do estudo de sua origem e evolução.

Origem e Evolução do Pan-africanismo

O Pan-africanismo pode ser visto como um movimento de pressão e de restituição da honra e da dignidade dos africanos. Por isso, a tentativa de defini-lo do ponto de vista sociológico, torna-se uma tarefa extremamente complexa atendendo às diversas tendências que ele tomou na fase inicial da sua construção.

Considera-se de igual modo, como um movimento de alta relevância histórica pois, tinha como alvo fundamental alcançar ou mesmo influenciar o pensamento que conduzisse a África e os africanos a alcançarem o seu próprio ideal que servisse de mecanismo completamente elucidativo

para que o mundo tivesse um ponto de vista diferente sobre o nosso continente.

Desta feita, a autonomia dos africanos não devia ser vista como uma dádiva do ocidente mas sim como seu anseio e conquista fruto do seu despertar no concerto das nações. O Pan-africanismo surge como uma ferramenta que se adopta para os africanos disputarem o seu lugar no mundo e procurar encontrar caminhos de orientação política e/ou ideológica para que haja valorização e se estimule o progresso do continente.

O Pan-africanismo e a Diáspora entre 1900 e 1935

No século XX e, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial, durante as negociações do Tratado de Versalhes e a formação da Sociedade das Nações, foram os negros americanos que defenderam energicamente os direitos dos negros africanos, pois, nesta época, nós não estávamos em condições de falar em nosso próprio nome.(Harris e Zeghidour, 2010).

Estes descendentes de pais negros arrancados de África tiveram no centro das suas preocupações ajudar os africanos a se libertarem do jugo da dominação e de tornar conhecido o direito a liberdade e a justiça dos povos do continente negro.

Harris e Zeghidour (2010, p. 861) apelam com certa veemência a todos nós africanos para que «*não esqueçamos jamais que eles são dos nossos [os negros da diáspora]*». Estes filhos e filhas da África, arrancados de nossas margens, não esqueceram os laços que os unem a terra dos seus ancestrais [...].

Eles combatiam pela igualdade das nações e raças em África, bem anteriormente a que muitos entre nós tenham sequer tomado consciência do nosso rebaixamento [...].

Agora que nós, africanos, conquistamos a nossa independência, eles deveriam poder encontrado um poderoso amparo para alcançar o pleno reconhecimento dos seus direitos e da sua dignidade como cidadãos de seu país.

Os fomentadores do Pan-africanismo tinham-no inicialmente, como um movimento de divulgação cultural ou seja, apresentar ao mundo os hábitos e costumes das diversas regiões do continente, tornando-a conhecida e valorizada pelos seus potenciais detractores.

Em África, assim como no exterior, os europeus, os americanos e os asiáticos depreciaram a raça negra e desestimularam a expressão de uma solidariedade internacional entre os negros.

Entretanto, a ideia de uma “salvação” da África, para provocar a emancipação dos negros e demonstrar a sua capacidade, tanto em se autogovernar, quanto em contribuir para a civilização mundial, impôs-se fortemente na diáspora e provocou o nascimento dos movimentos negros internacionais de libertação.

Por isso, para Harris e Zeghidour (2010, p. 861) «*estas tentativas de libertação processadas na África e na diáspora culminaram, entre 1900 e 1935 em movimento pan-africanista*»; os anos 1920, particularmente, conheceram uma intensa actividade, especialmente, graças aos esforços de Marcus Garvey e W. E. B. Du Bois, nos Estados Unidos da América e dos estudantes africanos, na França e na Grã-Bretanha.

Uma das grandes figuras deste movimento pan-africano na Grã-Bretanha foi o ganês George Thomas Nathaniel Griffith, mais conhecido por nome *Ras Makonnen*. Ele estudara nos Estados Unidos da América onde fizera muitos amigos entre negros, exercendo profunda influência, embora muitas vezes discreta, sobre os negros da Grã-Bretanha.

Através do seu trabalho, conseguiu economizar fundos e abriu diversos restaurantes e clubes em Manchester, os quais serviam a causa dos trabalhadores negros. Ele possuía estabelecimentos como o *Ethiopian Teashop*, o *Cosmopolitan*, o *Fórum Club*, a *Belle Etoile*, nos quais os clientes negros, por vezes, futuros dirigentes africanos ou antilhanos vinham debater problemas

actuais e onde estudantes negros podiam trabalhar para pagarem seus estudos. (Harris e Zeghidour, 2010).

Esta é uma das grandes demonstrações do verdadeiro pan-africanismo, onde cada um mesmo estando na diáspora podia com o que possuía fazer parte deste gigantesco movimento de libertação e de integração dos africanos ávidos de verem o seu continente livre das forças invasoras colonialistas.

Pois, este desejo tornou-se em barómetro impulsor de todas as forças vivas quer na diáspora, quer no próprio continente para unirem sinergias e combaterem o seu inimigo comum, “o opressor” e ter desta forma, a sublime oportunidade de transformarem os seus Estados completamente autónomos e aptos para ombrear de forma objectiva com os Estados de outras realidades globais.

Por conseguinte, este início do século XX dava sinais derradeiros para uma virada na história dos africanos, verificava-se uma nova realidade com novas implicações da vida do povo, via-se uma alteração quase brusca nos modos de vida que sustentavam a certeza da transposição do Estado colonial ao Estado dirigido pelos africanos.

Makonnen, juntamente com o Dr. Peter Milliard, seu compatriota, o queniano Jomo Kenyatta e o antilhano George Padmore, criaram a *Pan-African Publishing Company*, responsável pela publicação mensal do *Pan-africa*. Ele também possuía uma livraria, a *Economist*.

Esta rede de empresas devia facilitar a realização da reunião de nacionalistas negros, a mais bem-sucedida de todas aquelas ocorridas antes da era da independência.

Ao grupo formado ao redor de Ras Makonnen agregaram-se o sul-africano Peter Abrahams, o serra-leonês Wallace-Johnson e C. L. R. James, posteriormente juntou-se Kwame Nkrumah.

Estes militantes fundaram no ano de 1944, a Federação pan-africana, organizadora do memorável quinto Congresso pan-africano, realizado em Manchester, no ano 1945.

Pan-africanismo como Projecto de Libertação Nacional

Ao analisarmos as vertentes do Pan-africanismo utilizaremos a classificação destacada por Paim (2014, p.1) na seguinte passagem:

Antes de dar início à narrativa do surgimento da ideologia Pan-africana, duas observações devem ser feitas. A primeira refere-se a sua semântica. Embora a nomenclatura Pan-africanismo, a primeira vista, deixe implícita uma relação estreita com o continente africano, cabe ressaltar, que essa ideologia tem sua origem nos países de colonização inglesa. A segunda é que a ideologia Pan-africana pode ser entendida ou abordada sob duas perspectivas. Uma, quanto projecto de libertação - e outra quanto projecto de integração. Dessa maneira, para o entendimento do Pan-africanismo como ideologia de libertação torna-se imprescindível a compreensão do contexto o qual o mesmo surgiu e que suas vertentes políticas foram consolidadas.

De concreto, a fase que o pan-africanismo era visto como um movimento de libertação dos africanos, desempenhava funções de divulgar e expandir a ideia de autonomia e da autodeterminação dos próprios africanos diante das adversidades impostas pelas potências europeias naquela altura.

Partindo deste pressuposto, o movimento pan-africanista procurou congrega todas as forças ao seu alcance, influenciando-as a fazerem parte deste grande movimento ideológico para que a voz africana fosse ouvida e conseqüentemente, atendida e, serem eles próprios donos do seu destino.

É importante compreender que antes da formação do movimento Pan-africano como movimento político, origina-se da oposição aos tráficos escravistas nas Américas, Ásia e Europa, onde foram materializadas as experiências psicológicas e sociais que fizeram surgir movimentos de protesto e revolta de cunho internacional que reivindicaram a libertação dos africanos escravizados,

bem como a liberdade e a igualdade das populações africanas no estrangeiro.

No seu início, o Pan-africanismo era apenas uma reduzida manifestação de solidariedade, restrita às populações de ascendência africana das Antilhas Britânicas e dos Estados Unidos. Logo, é importante ressaltar que, até a primeira reunião Pan-africana a denominação “Pan-Africanismo” não havia sido inserida, ficando a reunião identificada como a “*Conferência dos povos de cor*”. (Paim, 2014, p. 1-2).

Coube a Henry Silvester Williams em 1900 a iniciativa da organização em *Westminster Hall*, Londres, a primeira *Conferência dos povos de cor* que tinha como objectivo de reivindicar o açambarcamento por parte dos países europeus das terras consuetudinárias das populações africanas.

É importante frisar que apesar do espaço ocupado por Henry Silvester Williams na construção da ideologia pan-africana, ele não foi o “único” protagonista responsável por tal construção devendo-se considerar uma ampla lista de defensores que caíram no esquecimento.

Dessa maneira, por ser uma lista difícil de reconstruir, bem como, pouco instrutiva em termos quantitativos, atribui-se a Silvester Williams o papel precursor de uma das ideologias – juntamente com o nacionalismo africano e as negritudes – centrais para a descolonização do continente africano.

Pan-africanismo e integração continental

Depois deste rol de negociações e organização para as cedências das independências africanas, passa-se para um período que consideramos mais difícil e âmbigua, o da integração do continente.

A despeito dos esforços integracionistas empreendidos no transcorrer dos anos 1930 e 1940, não houve resultado algum antes de 1957. Justamente nesta data, com a conquista da independência de Gana, sob a enérgica conduta de Nkrumah, somente então o pan-africanismo, como movimento de integração, realmente definiu os seus objectivos e encontrou a sua dinâmica. (Harris e Zeghidour, 2010).

A época tratava-se de alcançar a integração política, cultural e económica, em níveis regional, continental e extra-regional (em outras palavras, África e Comunidade Económica Europeia).

Esta visão permitiria a África e aos africanos fortalecer os seus estados do ponto de vista do “*know-how*” para enriquecer o funcionamento das instituições e corresponder com as expectativas que a época exigia.

Desta feita, creio que os africanos encontravam-se numa posição desvantajosa, pois, estavam em vias de alcançar a sua autonomia mas, precisavam do saber suficiente para estimular o progresso do continente, isso, não seria possível ser concretizado apenas com a força interna, era necessário que cada Estado fomentasse uma cooperação estratégica com a comunidade internacional para alavancar todos estes processos de um Estado em fase de arranque.

Na ocasião, era certamente Nkrumah como realçam Harris e Zeghidour, (2010, p. 887) «quem mostrava o caminho». A sua primeira iniciativa foi constituir a união Gana-Guiné (1958) e a união Gana-Guiné-Mali, primeira etapa rumo a “*União dos Estados Africanos*”.

A segunda foi organizar a Conferência dos Estados Independentes, sediada em Accra, em Abril de 1958, não mais que um ano após a independência de Gana. A ela participaram todos os Estados independentes da África, a saber: Egipto, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão e a Tunísia.

Ela foi sucedida pela Conferência dos Povos Africanos, igualmente organizada em Accra, no

ano de 1958; o capítulo seguinte retornara a esta reunião de histórica importância. Sobrevieram, posteriormente, a cúpula Guiné-Libéria realizada em Sanniquelli, em Julho de 1959, a segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes, na capital Monrovia, em Agosto de 1959 e a terceira dentre elas, ocorrida em Addis-Abeba, no ano de 1960.

Todas estas conferências proclamavam, entre outras, a constituição de um vasto mercado comum em escala continental. A primeira conferência de 1948, por exemplo, clamava pela eliminação das barreiras aduaneiras e de outros entraves ao comércio dos Estados africanos entre si, assim como pela conclusão de acordos de pagamento multilaterais com o intuito de desenvolver as trocas económicas e lutar pela criação de um mercado comum.

Harris e Zeghidour, (2010, p. 887) reiteram a ideia de que *«foi justamente para reforçar este aspecto económico, que foi criada, em 1958, a Comissão Económica para a África da ONU (CEA)»* – as suas actividades, desde então, foram examinadas em detalhes. Todas estas conferências recomendavam, de modo igualmente incisivo, a *integração política* ou a unidade política da África. Nkrumah era o campeão neste aspecto, defendendo com ardor e paixão indomáveis a unidade africana e a criação de um mercado comum pan-africano.

Aos seus olhos, unidade e mercado comum constituíam um pré-requisito indispensável ao rápido e total desenvolvimento, não somente do continente em sua totalidade, mas igualmente dos Estados independentes associados no seio da união. Conquanto defendesse a “alta política”, representada pela união política do continente, ele expressava reservas em respeito ao regionalismo.

Ele desconfiava das federações regionais, temia que as concessões ao regionalismo não favorecessem um determinado jogo de forças ou “impedissem aos imperialistas e aos neocolonialistas pescar em águas turbulentas.

Embora outros governos africanos subscrevessem a análise de Nkrumah, eles não estavam necessariamente dispostos a aceitar uma solução política ambiciosa. O neocolonialismo não era, por eles, considerado uma tamanha ameaça, a ponto de justificar medidas tão draconianas quanto a transferência da soberania a uma autoridade política central. A conferência de Addis-Abeba, de 1960, revestiu-se de grande importância em razão de evidenciar as divisões e os desacordos existentes entre Estados africanos no tocante as vias para a unidade do continente.

As Incidências

Para analisarmos as incidências das ideias de integração regional do continente americano sobre as vertentes do pan-africanismo, convém destacarmos algumas diferenças fundamentais entre os dois continentes.

Embora ambos sejam continentes colonizados durante o período de expansão das potências imperialistas europeias, cada um enfrentou em momentos diferentes com maior ou menor intensidade esta exploração colonial e com sentidos diferentes em cada época histórica. Vinculado a isto, os povos destes continentes alcançaram a independência em contextos diferentes.

Para além destes aspectos históricos, somam-se as diferenças nas configurações culturais e linguísticas.

Enquanto nas Américas (abaixo do México) existe com algumas poucas exceções uma cultura ibérica predominante, em África há uma diversidade cultural e linguística surgida tanto da colonização feita por diferentes potências europeias como também da conjugação desta colonização diversificada com as culturas autóctones, bastante diversas e que resistem com força e empregam colorações diferentes às imposições culturais forjadas pelos colonizadores.

Por outro lado, embora existam algumas potências regionais como a África do Sul, a Nigéria e o Egito, nenhum destes países sobressai-se tanto quanto os EUA que para além de potência regional é uma potência mundial de grande impacto.

Da mesma forma, nenhum dos países africanos cria distorções tão grandes quanto o Brasil de dimensões continentais e língua e cultura com pequenas porém importantes distinções em relação aos seus vizinhos de colonização espanhola.

Desta forma, no continente africano verificamos, apesar da diversidade, maior horizontalidade entre os países do que nas américas onde existem pólos hierárquicos que geram verticalidade nas relações entre os países.

Tendo em conta estas diferenças marcantes, elaborámos um quadro que procura permitir a visualização das incidências das ideias de integração no continente americano sobre as perspectivas pan-africanas a partir de uma análise comparativa entre os diferentes movimentos cristalizados nestes continentes.

Quadro 1. Comparação entre as perspectivas de Integração na América e em África

Temas/ Idéias	Perspectivas de Integração			
	Pan-americanismo	Latino-americanismo	Pan-africanismo Liberdade	Pan-africanismo Integração
Principais autores/ Perspectivas Teóricas	Destino Manifesto; Doutrina Monroe; Política de Boa Vizinhança	Simon Bolívar; José Martí; CEPAL; teoria da dependência	Henry Silvester Williams e William Bugat Du Bois	Nkuame Nkrumah, Jomo Kenyatta, Leopold Senghor, Gamal Abdel Nasser.
Federalismo	Apenas para os próprios EUA porém não uma confederação com outros países do continente	Em sua primeira fase (Hispano-americanismo)	Criar condições para uma integração plena sem federalismo.	Promover a unidade intracontinental, porém, sem federalismo.
Independência Política	Transposição de um novo vínculo de subordinação dos países à liderança norte-americana	Em sua primeira fase (Hispano-americanismo)	Independência política dos estados africanos.	Auto-determinação no concerto das nações.
Independência Económica	Integração subordinada ao sistema capitalista internacional	Através das teses elaboradas pela CEPAL e teoria da dependência	Integração subordinada ao sistema capitalista internacional	Criação de zonas de integração económica regionais.
Perspectiva de Integração	Vertical	Horizontal	Horizontal	Horizontal
Posição Geopolítica Mundial	Hegemônica	Contra-hegemônica	Contra-hegemônica	Contra-hegemônica
Principais Programas e Acordos Bi ou Multilaterais	União Pan-americana; Aliança para o Progresso; OEA; NAFTA; ALCA	MERCOSUL; CAN; UNASUL; ALBA	União Africana (UA)	SADC, CEDEAO, UMA.

Fonte: Elaborado pelos autores/2017

Conclusão

O trabalho que agora termina com estas subscrições sociológicas finais é uma tentativa investigativa de se procurar perceber as razões que estiveram na base quer da criação do pan-americanismo, quer do pan-africanismo.

Desta feita, pode-se considerar que a integração no pan-americanismo processou-se em duas fases. A primeira, caracterizou-se pela iniciativa dos Estados Unidos da América em forjar uma união entre os países do continente americano a partir da sua liderança.

A segunda fase, é vinculada aos líderes do processo de independência das novas nações hispano-americanas, representada por Símon Bolívar e José Martí, que defendiam uma integração mais horizontal entre os estados do continente.

Do outro lado, o pan-africanismo visto como um movimento de pressão e de restituição da honra e da dignidade dos africanos. Foi criado inicialmente por Henry Silvester Williams e William Bugat Du Bois, como um movimento de divulgação e promoção da africanidade. E mais tarde, foi retomado por Nkuame Nkrumah, Jomo Kenyata, Leopold Senghor, Gamal Abdel Nasser, como um amplo movimento político e ideológico africano de libertação e integração da África e dos africanos.

Portanto, quer o pan-americanismo, quer o pan-africanismo tinham consigo o segmento de uma filosofia de autodeterminação e afirmação dos seus povos, culturas, realidades e vivências.

Referências Bibliográficas

Arrighi, G. (15 de Mai-Jun de 2002). A Crise Africana: Aspectos regionais e sistêmicos do mundo. *New left Review*, pp. 31-59.

Bolívar, S. (10 de Setembro de 1999). *Carta de Jamaica*. Obtido de www.elaleph.com

Dinges, J. (2005). *Os Anos Condor: Uma Década de Terrorismo Internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.

Domínguez, I. C. (2006). *El pensamiento latinoamericanista y panamericanista: Una dicotomía irreconciliable*. Obtido de Monografias: <http://www.monografias.com/trabajos35/dicotomia-irreconciliable/dicotomia-irreconciliable.shtml#top>

Fonseca, C. d. (Jan/Jun de 2007). "Deus Está do Nosso Lado": Excepcionalismo e Religião nos EUA. *Revista Contexto Internacional*, pp. 149- 185.

Marini, R. M. (1992). *América Latina: Dependência e Integração*. Brasil Urgente.

Paim, M. (Jul de 2014). Pan-africanismo: Tendências Políticas, Nkrumah e a Crítica do Livro Na Casa de Meu Pai. *Sankofa: Revista de História da África e dos Estudos da Diáspora Africana*, pp. 88-112.

Pinto, S. R. (Mai-Ago de 2012). O Pensamento Social e Político Latino-Americano: Etapas do seu Desenvolvimento. *Revista Sociedade e Estado*, pp. 337-359.

Sader, E. (2009). *A Nova Toupeira: Os Caminhos da Esquerda Latino-Americana*. Boitempo.

Santos, T. d. (2000). *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Civilização Brasileira.

Saunders, F. S. (2008). *Quem Pagou a Conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura*. Record.

Valdés, E. D. (Dez de 2003). La Circulación de Ideas en el Mundo Periférico: Algunas Presencias, Influencias y Reelaboraciones del Pensamiento Latinoamericano en África. *Anos 90*, pp. 88-97.

Vargas, L. (2009). O Exército Zapatista de Libertação Nacional no Cenário Mexicano: Criminalização e Discurso Político/ Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

Vladés, E. D. (Abr de 2013). Pensando el Mundo en-Desde el Sur: Circulación de Ideas y Puntos de Encuentro. *Cuaderno Americanos*, pp. 33-48.

Waldman, M. (2013). *Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial Ano Base 2010*. USP, FFLCH . Editora Kotev.